

Desafios e mudanças no Império do Brasil

Abertura

- Art. 1º – As embarcações Brasileiras encontradas em qualquer parte, e as Estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de Novembro de 1831, ou havendo as desembarcado, serão apreendidas, e consideradas importadoras de escravos.*
- Art. 4º – A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria (...).*
- Art. 6º – Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer ponto fora do Império (...).*

Você já deve ter ouvido falar que o Brasil é o “país das leis”. Aqui, há “leis para tudo”. E, muitas vezes, uma lei “não pega”, por um motivo ou outro. Não vamos entrar agora nessa discussão. Mas pense um pouco: por que isso ocorre tanto em nosso país?

O fato é que não foi isso o que aconteceu com a lei acima, a chamada Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850. O tráfico de escravos africanos realmente foi reprimido e reduzido a níveis irrisórios. Milhares de escravos africanos, de um momento para o outro, deixaram de entrar no nosso país.

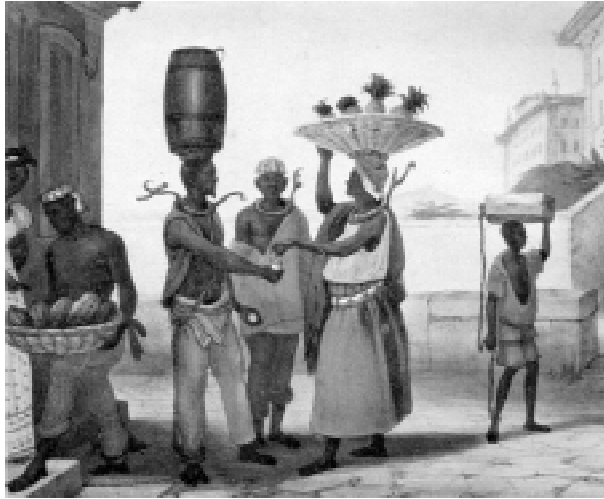
Este é o tema desta aula. Inicialmente vamos ver por que o governo brasileiro, com o apoio do Congresso, terminou com o tráfico negreiro internacional. Depois, acompanharemos a estratégia adotada pelo governo imperial para enfrentar o problema da substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

Movimento

A Lei Eusébio de Queirós

A situação dos governantes brasileiros na década de 1840 não era das mais confortáveis. A expansão cafeeira pelo vale do Paraíba, como sabemos, desafogava um pouco a crise econômica; mas as pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro tenderam a crescer ao longo daqueles anos.

Desde 1810, a Coroa inglesa insistia para que o então governo joanino tomasse algumas medidas que restringissem o tráfico internacional de escravos. Alguns acordos foram feitos, mas o tráfico para o Brasil continuou em franca expansão.



Em 1826, a pressão inglesa foi mais incisiva, e d. Pedro I comprometeu-se a extinguir o tráfico em três anos. Passaram-se os três anos, o imperador renunciou em abril de 1831, e em 7 de novembro seguinte o governo regencial assinou uma lei proibindo o ingresso de escravos africanos no país.

Mais uma vez, a medida foi inócua: a cada ano aumentava a entrada de escravos, impulsionada pela expansão cafeeira no Sudeste e ainda pelo medo do fim efetivo do tráfico negreiro.

Na década de 1840, a Coroa inglesa resolveu endurecer o jogo. Sem ouvir o governo brasileiro, adotou, em 1845, o **Bill Aberdeen**, que permitia à Marinha inglesa deter os navios negreiros para o Brasil e até mesmo

(...) comprá-los para o serviço de Sua Majestade, pagando-se por ele a soma que o Lorde Grande-Almirante [ou seus substitutos] julgarem conveniente ser o preço justo do mesmo navio; e se assim não for comprado, será desmantelado completamente, e seus materiais vendidos em leilão.

Bill Aberdeen, 8 de agosto de 1845

Apesar dos protestos brasileiros, a Coroa inglesa manteve os termos da lei. Em alguns momentos, a Marinha inglesa chegou mesmo a invadir águas territoriais brasileiras na repressão ao tráfico. Entre 1849 e 1851, foram condenadas e destruídas pela Marinha inglesa cerca de 90 embarcações suspeitas de tráfico. Havia ameaças, até mesmo, de bloqueio dos portos brasileiros. A situação tornara-se muito delicada.

Além da ameaça militar concreta, não se pode esquecer a forte influência que a Inglaterra tinha, naquele momento, na economia brasileira.

Os ingleses, nas décadas de 1840-1850, praticamente dominavam o comércio de importação e exportação do país; nos anos de 1840, firmas britânicas controlavam 50% das exportações brasileiras de café e 60% das de algodão. Da mesma maneira, os bancos ingleses, através de empréstimos externos ao Estado, se faziam presentes na economia colonial.

Francisco Silva e João Fragoso, em *História geral do Brasil*, p. 183

Em tempo

Tudo isso levou o governo brasileiro, naquela época dominado pelo Partido Conservador, a defender, no Congresso, o fim do tráfico negreiro. A Lei Eusébio de Queirós foi aprovada e, mais importante do que isso, realmente aplicada. O ingresso de escravos no Brasil caiu a níveis baixíssimos. Os importantes traficantes de escravos do exterior agora eram tratados como piratas.

Em defesa da ordem

Vejam, agora, dois lados dessa importante questão. Primeiro: por que a Inglaterra queria terminar com o tráfico? Segundo: por que o governo brasileiro cedeu?

Começamos pela questão externa. Isso nos obriga a uma nova viagem no tempo e no espaço. Vamos desembarcar na Inglaterra do começo do século XIX. Inglaterra das fábricas, das máquinas, da produção. Inglaterra da **Revolução Industrial**.

A Revolução Industrial, você já deve saber, mudou a face do mundo. A produção atingiu níveis até então inimagináveis. As grandes fábricas favoreceram a expansão urbana, dando origem à sociedade urbano-industrial. **Mudavam as relações de trabalho, que passaram cada vez mais a ser regidas não pelo contato direto entre o patrão e o empregado, e sim por um contrato em que o trabalhador vendia ao empresário a sua força de trabalho.** Ao mesmo tempo, avançavam as idéias liberais, antiintervencionistas. Pregava-se a liberdade de produção e o livre comércio.

Era o momento, portanto, de terminar com tudo aquilo que poderia representar algum entrave ao desenvolvimento daquele novo conjunto de relações econômicas e sociais que se convencionou denominar de **sistema capitalista**. Isso significava combater os monopólios, os protecionismos, o tráfico negreiro e a escravidão.

As pressões inglesas pelo fim do tráfico surtiram efeito: em 1815, o tráfico foi proibido ao norte da linha do Equador. Mas, ao sul do Equador, ele se manteve, especialmente dirigido para o Brasil.

É nesse quadro geral, portanto, que podemos entender as pressões inglesas pelo término do tráfico negreiro. Em uma abordagem mais específica, alguns historiadores afirmam que o agravamento das pressões da Inglaterra na década de 1840 pode ser relacionado ao interesse da burguesia industrial inglesa em baratear o preço da cesta de alimentos do operariado inglês.

A adoção do trabalho livre no Brasil tornaria mais baratos os produtos coloniais, o que possibilitaria aos industriais ingleses pagar salários mais baixos aos operários e, assim, ampliar seus lucros.

Ilmar Mattos e Márcia de A. Gonçalves, *O império da boa sociedade*, p. 34

Voltemos agora nossa atenção para o Império do Brasil. Estava claro, para o governo brasileiro, que aquele não era um jogo de iguais. Sabia-se da superioridade econômica e militar da poderosa Inglaterra. O jogo tornou-se extremamente perigoso após o **Bill Aberdeen**.

Por outro lado, os interesses escravistas no Brasil ainda eram bastante poderosos. Muitos sabiam que o término do tráfico negreiro internacional condenaria a própria escravidão, uma das bases da economia brasileira desde os tempos coloniais.

O governo foi obrigado a agir com habilidade para contornar o problema. Com o apoio do Congresso, venceu as maiores resistências e aprovou o fim do tráfico negreiro. Para isso, contou também com dois importantes argumentos: a defesa da soberania nacional e da ordem interna.

O governo logo percebeu que a situação tornara-se insustentável. O melhor a fazer era tomar ele mesmo a iniciativa de reprimir com maior rigor o tráfico internacional. Com isso, procurava **preservar a imagem do Brasil como país independente**. Dava-se a entender, assim, que a medida havia resultado de uma ação inteiramente nacional, e não da “política do canhão” da Inglaterra, tão comum naquele século XIX.

A medida teve também, segundo o governo, o objetivo de preservar a ordem interna e proteger a sociedade. Segundo Ilmar Mattos e Márcia de A. Gonçalves (*O império da boa sociedade*, p. 74), a grande expansão da escravidão, ocorrida na década de 1840, teria sido a origem de alguns acontecimentos considerados “gravíssimos”, que estavam se passando em várias regiões do país: as insurreições de escravos.

O que se percebe, nos dois argumentos, é que o governo procurava alertar a sociedade para uma questão fundamental: o país estava momentaneamente perdendo o **controle da situação**, seja em razão das pressões externas, seja pela ação dos escravos. O fim do tráfico representaria a **reafirmação da ordem**.

*Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...*

Castro Alves, Navio negreiro

A poesia de Castro Alves ilumina um outro lado dessa questão: a tragédia dos escravos nos tumbeiros, o horror do tráfico negreiro. Tendo como referência as fortes palavras do poeta, escreva um pequeno texto sobre o tráfico negreiro.

Pausa

Determinar o ritmo da transição

Vejam agora qual foi a estratégia dos governos imperiais para enfrentar aquele novo momento aberto pela Lei Eusébio de Queirós.

O término efetivo do tráfico negreiro não foi o fim do mundo para a economia brasileira. É bom lembrar que a escravidão africana continuava a existir, assim como o **tráfico interno** – que, a partir daquele momento, tornou-se ainda mais importante. **A economia nordestina, em crise, supria de escravos as províncias cafeeiras do Sudeste.**

O eixo econômico do país não sofreu, portanto, grandes abalos. O café continuava a impulsionar importantes mudanças: melhoramento de portos, estradas de ferro, novos serviços urbanos.

O governo sabia, no entanto, que o término da escravidão no país era questão de tempo. Interessado em determinar a forma e o ritmo da transição para a mão-de-obra livre, tomou a iniciativa de adotar algumas medidas. Uma das mais importantes foi a **Lei de Terras**. Vejam.

No final da Aula 16, pudemos ver que para Francisco Werneck, um dos **barões do café**, a utilização da mão-de-obra livre e imigrante trazia um grave problema: a possibilidade de o imigrante sair da grande fazenda e passar a trabalhar por conta própria, cultivar sua própria roça. Para enfrentar essa situação, foi criado um mecanismo legal, que determinava que as terras públicas passariam a ser vendidas

por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficariam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 196-197

Com isso, o trabalhador livre e imigrante era praticamente obrigado a trabalhar nas grandes fazendas para sobreviver.

Esse estímulo do governo à imigração não significava, no entanto, que seu objetivo era apressar o fim da escravidão no país. Nada disso. A estratégia governamental era manter um “olho no futuro”. Daí a modernização das relações de trabalho, sem perder de vista o presente, ainda marcado pela forte presença do trabalho escravo. Daí a política de preservar a escravidão, ou quando muito, partir para uma **transição bem lenta**.

IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS

1845	19.453 peças
1846	50.325 peças
1847	56.172 peças
1848	60.000 peças
1849	54.000 peças
1850	23.000 peças
1851	03.278 peças
1852	700 peças
1853	— peças
1856	512 peças

Fonte: Virgílio Noia Pinto, em *Brasil em perspectiva*, página 137.

Um exemplo dessa estratégia de término gradual da escravidão foi a aprovação, em 1871, da **Lei do Ventre Livre**.

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), o debate sobre o fim da escravidão ganhou corpo. Surgiam clubes e associações que defendiam as idéias abolicionistas. Mais uma vez, antecipando-se às mudanças e ao movimento de parte da sociedade, o governo imperial, novamente nas mãos dos conservadores, resolveu tomar a iniciativa de propor uma medida que tornaria livres os escravos nascidos no Brasil a partir daquele momento.

Na proposta do governo, o escravo ficaria em poder do proprietário até a idade de 8 anos, quando seria entregue ao Estado em troca de uma indenização. Se preferisse, o proprietário poderia utilizar o trabalho do escravo até 21 anos, quando então o entregaria ao Estado sem nenhuma compensação. Estava prevista, também, a criação de um fundo de emancipação com o objetivo de levantar recursos para o pagamento das indenizações.



O projeto governamental foi aprovado no Congresso, apesar da forte oposição de representantes de setores escravistas, principalmente do Sudeste cafeeiro. A medida foi duramente criticada por importantes lideranças das áreas do café. Paulino Soares de Sousa, da elite política da província do Rio de Janeiro, chegou a apelar ao governo para que não tomasse mais nenhuma nova medida diante do problema da escravidão. Disse ele:

O que pedimos, não a esse gabinete, mas ao governo do Brasil, é que não agite sob qualquer pretexto, de novo, tão grave questão, que na ordem social se entende por paz doméstica, na ordem jurídica, com direito de propriedade, na ordem econômica com organização do trabalho e com a riqueza particular e pública.

Citado por Hamilton Monteiro, *Brasil Império*, p. 68

A Lei do Ventre Livre não desorganizou a produção e nem abalou muito a nossa “paz doméstica”. Poucos escravos foram entregues ao Estado. A grande maioria dos proprietários preferiu manter seus escravos até 21 anos. Vários deles, talvez, estivessem contando que a nova lei fosse apenas uma formalidade, algo que rapidamente se transformaria em “letra morta”, como muitas leis na história brasileira.

O governo imperial cumpriu seu papel. Com a medida, dava uma resposta às pressões externas, especialmente dos países europeus. O Brasil era um dos últimos países que ainda mantinham a escravidão. Na América, além do Brasil, apenas Cuba mantinha o trabalho escravo africano. Poucos anos antes, os Estados Unidos haviam abolido o trabalho escravo, logo após a Guerra de Secessão.

Além de tentar impedir o isolamento externo, o governo pretendia também dar uma resposta ao movimento abolicionista. Estava disposto a acabar com a escravidão, mas a seu modo, isto é, de maneira lenta e gradual. Estudos da época calculam que a escravidão, se a lei fosse aplicada, terminaria apenas por volta de 1940. Adia-se, assim, para um **futuro longínquo** a resolução daquele grave problema.

Nem tudo correu segundo a estratégia governamental. Nas décadas seguintes, o movimento abolicionista ganhou maior consistência. Eram cada vez mais frequentes os crimes e fugas de escravos. A expansão do café necessitava de braços, e a escravidão, em franco declínio, não dava conta de fornecê-los. O trabalho livre crescia em importância, especialmente nas áreas mais novas do café na província de São Paulo. A situação se agravou na década de 1880, e o governo foi praticamente empurrado a terminar com a escravidão em 1888.

Nas próximas aulas, você estudará com mais detalhes o término da escravidão e seu significado para a história brasileira.

Pausa

Releia a aula e faça um pequeno texto comentando a estratégia do governo de terminar lentamente com a escravidão. No seu texto, procure se utilizar da seguinte frase, de um político imperial da década de 1880, que bem resumia o que o governo estava querendo naquele momento: “Nesse assunto, nem retroceder, nem parar, nem precipitar”.

Últimas palavras

Nesta aula, vimos que a segunda metade do século XIX foi uma época de mudanças no mundo e no Brasil. O fim do tráfico negreiro colocava sérios desafios para uma economia até então baseada fundamentalmente na mão-de-obra escrava.

O governo imperial foi obrigado a agir em duas frentes. De um lado, procurando resolver as questões do presente, ou seja, atuando para manter, por um tempo relativamente longo, o trabalho escravo. Essa estratégia, expressa em parte na Lei do Ventre Livre, teve condições de subsistir apenas até meados da década de 1880, quando foi extinta a escravidão.

Por outro lado, o governo atuava com os “olhos no futuro”. Como tinha plena consciência de que o trabalho escravo estava condenado a desaparecer mais cedo ou mais tarde, fazia-se necessário adotar medidas que modernizassem as relações de trabalho no Brasil. A Lei de Terras, impossibilitando que o imigrante se transformasse em proprietário, poderia garantir um bom fluxo de mão-de-obra para a grande fazenda de café.

Na próxima aula, acompanharemos uma nova viagem: a dos imigrantes para o Brasil. Veremos o seu papel no conjunto das mudanças por que passava a sociedade brasileira naquelas últimas décadas do século XIX.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A Lei Eusébio de Queirós** e explique o significado do **Bill Aberdeen**.

Exercício 2

Releia o item **Determinar o ritmo da transição** e identifique as principais conseqüências do fim do tráfico de escravos no Brasil